

## A Vez da Educação

Um outro prestigiado semanário nacional referiu-se, na semana passada, a quatro milhões de dólares que vão ser destinados ao sector da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. Um rico quinhão, portanto, proporcionado pelo *Millennium Challenge Account (MCA)* – programa que a administração americana já colocou à disposição de Cabo Verde, em resultado do nosso desempenho positivo nos mais variados domínios.

Com o sub-programa “*desenvolvimento da capacidade dos recursos humano*”, do MCA perspectiva-se o empwernment de profissionais com uma visão futura de desenvolvimento, capacidade de trabalho e produtividade. Ou, conforme pretendem os governantes cabo-verdianos, uma formação adequada e pertinente em favor dos nacionais, de modo a que o arquipélago realize os propósitos do progresso económico. Á partida, isso poderá significar que opção para este sub-programa resulta, de um modo geral, de hipotéticas insuficiências no domínio do saber pensar – de forma sistemática e sistematizada – e do saber fazer organizado, virado para o futuro.

O MCA é um ganho polftico económico do Governo, mas também é um ganho social para cabo Verde e para os seus cidadãos, tanto mais que propõe uma gestão a favor da independência económica futura. Dos cidadãos espera-se, de um modo geral, uma entrega na prossecução desse ganho, mas também que se façam trabalhadores flexíveis, autónomos e responsáveis ; que gerem crescimento económico para o país e para a unidade doméstica. Aliás, de certo modo, Cabo Verde foi construído com essa cumplicidade do saber, não só dos seus nacionais como dos parceiros internacionais que, particularmente a partir dos finais dos anos 70, emprestaram ao país importantes inputs, por intermédio dos seus quadros, os cooperantes.

Na década de 80, estas ilhas apresentavam uma estrutura do PIB marcada pela fraqueza do sector produtivo e predomínio de serviços, principalmente os ramos do comércio, dos transportes e dos serviços públicos. O sector terciário representava 56 por cento do PIB, o qual registara, entre 1977 e 1980, um aumento médio de 15 por cento ao ano, impulsionado fortemente pelo considerável aumento das transferências externas (uma média anual de 33%, entre 1975 e 1980, a preços correntes , segundo o I PND). Foram anos duros do ponto de vista de gestão dos recursos humanos, vivendo o país a braços com a escassez da necessária massa crítica que fizesse a diferença no momento certo. Tanto assim era que o próprio executivo de então reconhecia – não sem dor e sem vontade de inverter o status quo – que uma das consequências da fraqueza do aparelho económico residia na também fraca capacidade nacional de estudo, facto que impunha o recurso a gabinetes de estudos e consultores estrangeiros. Na altura era assente a ideia de que a população cabo-verdiana – sem ignorar, obviamente a condição externa, que era a manutenção da

ajuda pública por mais anos, o desenvolvimento dos sectores industrial e rural – era decididamente o recurso fundamental da política de desenvolvimento de Cabo Verde, pelo que impunha educá-la. O primeiro volume do Relatório do I PND (1982 – 1985) escrevia, a propósito, que a população cabo-verdiana constituía o elemento interno fundamental da política de desenvolvimento. Tal facto pressupunha a participação da população no desenvolvimento e a formação em larga escala de uma mão de obra qualificada, de alto nível científico e técnico. Este dado era, aliás, confirmado, conforme dissemos, pelo recurso sistemático a técnicos estrangeiros que, chamados a colmatar a escassez de técnicos nacionais, emprestavam o seu Know how no acompanhamento dos estudos e assistência técnica, particularmente nos sectores do Desenvolvimento Rural, Educação, Saúde e Transportes Aéreos.

Hoje, cerca de três décadas depois, é clara a vitória contra o subdesenvolvimento, com ganhos no domínio do Índice de desenvolvimento humano; redução da taxa de mortalidade infantil, redução drástica do analfabetismo (de cerca de 80%, em 1975, para os actuais cerca de 25), elevação do PIB (de cerca de 200 dólares para a multiplicação em termos de mais recursos humanos, coisa que o MCA pretende, na ideia de que a educação continua a ser um vector estratégico para o desenvolvimento equitativo, perfilando-se como a maior vantagem comparativa das empresas e, em consequência, de Cabo Verde na sua luta de competitividade interna dos seus nacionais. Mas, muito mais do que ter recursos humanos e muito mais do que assegurar a expansão da escolaridade, o bom senso sugere o avanço para níveis de excelência. Na verdade, o empowerment no pós – MCA será adverso à lógica do imobilismo académico-profissional ainda em vigor em muitos sectores-chave da vida do país? Depois do, MCA, Cabo Verde estará inclinado, para a competência, ao invés da simples qualificação; para a prestação de serviços, ao invés de garantia de postos de trabalho; para contratos temporários, ao invés de empregos estáveis. As escolas deverão começar já a pensar em preparar trabalhadores activos, empreendedores e criativos. Não cremos que a sociedade cabo-verdiana do futuro venha a ser complacente com essa passividade a que fizemos referência, com a obediência e a disciplina do trabalhador de há bem pouco tempo. Este terá de dar lugar àquele que souber encaixar-se não só no jogo produtivo, mas também de o construir na fatalidade da imprevisibilidade. A este propósito, Alba Aluar (1997) dizia, em “Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas”, um artigo controverso que pode ser lido na, Revista Brasileira de Ciências Sociais (1997, vol, 12, nº35), que a universalização dos modelos, a burocratização das relações contratuais e o princípio organizador único, deixarão espaço à pluralidade, à informalidade, à flexibilidade das relações, à informalidade, à flexibilidade das relações do indivíduo, tanto com o empregador como junto ao Estado.

Sabendo a Escola que o nosso Estado Providência dos anos 70 – lembrem-se dele? – cuja marca foi também emprego para toda a vida com todos os direitos assegurados, já era, também a ela caberá a responsabilidade de preparar esse cidadão-trabalhador do futuro. De alguma forma, é o que também dizia a brasileira Maria Castro (1999) em “Educação para o Século XXI”. Precisamos do, cidadão pleno, aquele que participa activamente no mundo social, do trabalho e da política, o indivíduo que for capaz de desenvolver as competências básicas exigidas para a sua inserção na

sociedade do conhecimento. Este é o perfil do cidadão que o MCA sugere O cidadão a quem duas perguntas inevitáveis serão feitas depois dos estudos; *“Que formação fizeste?”* e *“O que tu sabes fazer?”* Explicitamente!